



Editorial

Implicações da Colonização Acadêmica nos Periódicos Científicos Brasileiros em Administração



Implications of Academic Colonization in Brazilian Scientific Journals in Administration

Marcelo de Souza Bispo*^{1,2}

RESUMO

O meu objetivo neste editorial é apresentar uma reflexão sobre as implicações da colonização nos periódicos científicos brasileiros em administração. A contribuição do debate está em evidenciar como a adoção da lógica de publicação e avaliação de periódicos dos países centrais do Norte Global gera distorções no sistema brasileiro que subestimam o potencial das revistas brasileiras em administração e atrapalham a formação de pesquisadores no país.

Palavras-chave: rankings; decolonialismo; Qualis; ciência aberta; top journal.

ABSTRACT

My aim in this editorial is to reflect on the implications of colonization on Brazilian scientific journals in the field of administration. The contribution to the debate highlights how the adoption of publishing and evaluation standards from central countries in the Global North creates distortions in the Brazilian system, underestimating the potential of Brazilian administration journals and hindering the development of researchers in the country.

Keywords: rankings; decolonialism; Qualis; open science; top journal.

* Autor Correspondente.

1. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Administração, João Pessoa, PB, Brasil.
2. Editor-chefe da RAC - Revista de Administração Contemporânea.

Como citar: Bispo, M. S. (2024). Implicações da colonização acadêmica nos periódicos científicos brasileiros em administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 28(1), e240049. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2024240049.por>

Publicado em: 12 de março, 2024.

UM BREVE CONTEXTO DO DEBATE

A prática acadêmica envolve um conjunto de atividades realizadas pelas pessoas inseridas nesse campo. Uma dessas atividades que mais gera interesse, debates e controvérsias é a de publicação de artigos científicos em periódicos (Fernandez-Cano, 2021; Nassi-Calò, 2023). No campo da administração, isso não é diferente (Barros & Alcadipani, 2023; Herman et al., 2020; Nkomo, 2009; Üsdiken et al., 2024). O meu objetivo neste editorial é apresentar uma reflexão sobre as implicações da colonização nos periódicos científicos brasileiros em administração.

Qualquer estudante de mestrado e doutorado ao ingressar no curso rapidamente é comunicado da importância atribuída no meio acadêmico à publicação de artigos. Daí o interesse sobre o assunto. Entretanto, as razões para publicação e as maneiras para consegui-la é que terminam sendo pontos de debates e controvérsias. Questões relacionadas a como escrever um artigo e onde publicá-lo terminam sobrepondo uma etapa anterior que é a causa que justifica a escrita do artigo. Ou seja, por que e quando devemos escrever um artigo. Supostamente, um artigo científico deveria ser escrito quando um pesquisador tem algo relevante do ponto de vista científico para compartilhar com seus pares e praticantes visando a contribuir com a disseminação do conhecimento para a melhora da vida em sociedade. Mas na prática, muitos artigos são escritos para atender a requisitos acadêmicos relacionados à titulação de estudantes de mestrado e doutorado, seleção e promoção de professores, acesso a recursos para pesquisa, ou mesmo para aumento de capital acadêmico (Bourdieu, 2017) visando a ampliar prestígio e poder no campo científico.

Quando as razões práticas se sobrepõem à finalidade inicial da escrita de um artigo científico, um conjunto de distorções emerge no sistema de publicação de artigos. Uma delas está no debate sobre a função dos rankings de periódicos científicos e a influência deles sobre como as atividades de publicação acontecem (Jaffé, 2020; Nkomo, 2009; Vogel et al., 2017; Wedlin, 2011). Uma perspectiva de entendimento dos rankings é de que “[e]ssas listas servem como um indicador da qualidade meritória dos periódicos e, por extensão, das respectivas publicações acadêmicas nelas incluídas e dos pesquisadores autores dessas publicações” (Herman et al., 2020, p. 136). Por outro lado, um olhar mais crítico dos rankings os entende como “dispositivos retóricos para construir legitimidade dentro do campo, que os atores utilizam para tentar moldar e reformar o campo à medida que este se desenvolve. Os dispositivos retóricos moldam o significado, pois são usados para justificar práticas e procedimentos e moldar os meios de comparação e avaliação” (Wedlin, 2011, p. 199).

No campo da administração, o debate sobre rankings de periódicos é sempre delicado em razão das múltiplas visões sobre o assunto (Barros & Alcadipani, 2023; Herman et al., 2020; Nkomo, 2009; Üsdiken et al., 2024; Vogel et al., 2017). De modo mais específico, o debate sobre rankings de periódicos em administração no Brasil apresenta algumas peculiaridades que envolvem a comparação de periódicos nacionais e estrangeiros por meio do sistema Qualis criado pelo governo brasileiro em 1998 (Jaffé, 2020). O Qualis é utilizado como parâmetro para aferir a qualidade das publicações de docentes e discentes nos processos de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado no país. Ele também é utilizado para selecionar professores nas instituições de ensino, assim como projetos de pesquisadores que buscam recursos para financiamento de suas pesquisas. Os periódicos listados no Qualis são classificados como A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 ou C, em que os periódicos A1 são os mais prestigiados e os periódicos C não possuem valor científico.

O grande desafio do Qualis, além de aferir a qualidade dos periódicos, é estabelecer parâmetros de comparação entre os periódicos brasileiros e os internacionais, especialmente no que é conhecido como ‘Colégio de Humanidades’, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação, em que estão os periódicos das áreas de humanas, ciências sociais aplicadas, linguística, letras e artes. A dificuldade tem a ver com o grande número de periódicos brasileiros dessas áreas (incluindo a administração) que não estão indexados na *Scopus* (*CiteScore*) e na *Web of Science* (fator de impacto) que servem de referência para ranquear os periódicos internacionais considerados de maior prestígio. Dessa forma, sempre há um debate, desde a criação do Qualis, sobre como comparar a qualidade do que é publicado nos periódicos brasileiros em relação aos periódicos internacionais.

Entretanto, o que parece ser apenas um problema de escala para medição de números relacionados ao que genericamente costumamos chamar na academia de ‘fator de impacto’ dos periódicos envolve outras questões que vão desde temas constantemente debatidos como o produtivismo acadêmico (*publish or perish*) (Rond & Miller, 2005; Silva, 2019) até os periódicos predatórios (Guimarães & Hayashi, 2023; Mancia, 2018). Esses dois temas eu não vou discutir aqui em razão do amplo debate já realizado em torno desses dois assuntos. Eu vou focar outros temas que costumam ser negligenciados no Brasil que versam sobre o debate dos rankings de periódicos como um problema do colonialismo acadêmico e suas consequências para a prática acadêmica no que diz respeito à qualidade da formação de pesquisadores, à relevância da produção acadêmica nacional e à contribuição que o modelo de gestão de periódicos no Brasil oferece para a ciência aberta. A gestão das revistas

sérias em administração no Brasil (não predatórias) fomenta o modelo Diamante de acesso aberto que democratiza a disseminação do conhecimento por não haver custos para os autores nem para os leitores dos artigos publicados. É este último ponto que entendo ser a maior justificativa para a continuidade de periódicos como a *Revista de Administração Contemporânea – RAC*, que oferece gratuitamente tanto para a comunidade científica brasileira como para a internacional conteúdo de qualidade por meio de um processo editorial sério e rigoroso em linha com os padrões editoriais de excelência internacionais.

RANKINGS DE PERIÓDICOS COMO UM PROBLEMA DO COLONIALISMO ACADÊMICO

Os rankings de periódicos não são uma invenção brasileira. Os rankings mais (re)conhecidos são produzidos nos países centrais localizados no Norte Global e em razão de um processo histórico caracterizado por uma colonialidade epistêmica que institucionaliza o conhecimento científico do contexto anglo-euro-cêntrico para as periferias (Ibarra-Colado, 2006). Os rankings produzidos naquela parte do mundo são legitimados de modo global e o Brasil não está fora desse contexto (Barros & Alcadipani, 2023). Na prática, as formas de produção de conhecimento científico (especialmente em administração) estão subordinadas às regras construídas nos países centrais que determinam as balizas do que é excelência científica e influenciam a prática acadêmica nas periferias.

Uma das maneiras sutis de promover e legitimar a colonialidade epistêmica é por meio da ideia de ‘internacionalização’. A internacionalização é apresentada como uma forma de oferecer aos acadêmicos da periferia acesso ao que costuma ser chamado de ‘conhecimento de ponta’ ou ‘excelência científica’. Contudo, esse processo de internacionalização termina sendo uma maneira de colonizar o fazer científico nas periferias e, ao mesmo tempo, legitimar a condição dominante do conhecimento das instituições e dos acadêmicos que atuam nos países centrais por meio da ideia de consolidar um conhecimento global em administração (Nkomo, 2009).

A formação de doutoramento no estrangeiro proporciona uma experiência intensiva através da qual os estudantes da periferia não só ‘aprendem’ teorias e metodologias, mas também são socializados nas concepções predominantes de investigação e publicação no país onde estudam. Assim, se os estudantes que realizam a sua formação doutoral no estrangeiro optam por regressar às escolas de negócios no seu país de origem ou em alguma outra localização periférica, trazem consigo as abordagens de investigação, teorias, metodologias e orientações

de publicação predominantes que foram aculturadas (Üsdiken et al., 2024, p. 5).

É dessa maneira que o colonialismo epistêmico e acadêmico é suavizado pelo termo ‘internacionalização’. Assim, a internacionalização deixa de ser uma possibilidade de troca entre os acadêmicos e países envolvidos para ser um meio de legitimação do processo colonial de conhecimento e formas de atuar no meio acadêmico. Nesse sentido, “[r]ankings importados e medidas de impacto são usados para qualificar periódicos, deslegitimando o conteúdo local publicado em periódicos brasileiros, uma vez que não aparecem ou são mal avaliados por sistemas que fazem parte de um negócio lucrativo” (Barros & Alcadipani, 2023, p. 580). As grandes editoras (*publishers*) globais possuem lucros anuais bilionários (Amaral, 2021). É utilizando essa lógica que os rankings de periódicos se tornam um poder sedutor (Nkomo, 2009) e consolidam o entendimento de que um artigo publicado em um periódico A (top journal) é um artigo publicado em um periódico A (Herman et al., 2020).

Uma das consequências da busca pelos periódicos A é que os periódicos brasileiros terminam perdendo a atenção dos pesquisadores brasileiros mais renomados, assim como começam mimeticamente a adotar políticas editoriais que privilegiam formas de produção de conhecimento predominantes nos países centrais em busca da condição de serem periódicos A. Entretanto, o sistema de ranqueamento internacional não foi criado para receber periódicos de países periféricos como A.

A lógica do colonialismo epistêmico nos rankings de periódicos reforça um entendimento de que onde se publica é mais importante do que o que se publica. Afinal, o mais comum na comunicação de acadêmicos e instituições quando da publicação de um artigo não é o tema ou conteúdo do que foi publicado, mas sim onde foi publicado e qual a posição no ranking. Considerando o Qualis, a notícia é “Publiquei um artigo A1!” e não “Publiquei um artigo que trata de XXXX e isso é importante porque XXXX”.

Essa perspectiva colonial dos rankings faz com que, ao buscar replicar o modelo determinado como de excelência, o Qualis em que estão os periódicos em administração não possa classificar periódicos nacionais como A1 porque utilizam-se critérios que privilegiem periódicos internacionais em detrimento de uma reflexão mais profunda sobre a finalidade dos periódicos nacionais e quais contribuições eles devem oferecer para o meio acadêmico e profissional. Outra possibilidade que é impedida pela colonialidade é a própria extinção do Qualis.

O pensamento colonial incorporado por muitos acadêmicos brasileiros, seja por terem se formado em países centrais, seja por outros brasileiros que tiveram origem de formação naqueles países, é a defesa de que as revistas

nacionais não podem ser classificadas como A1 no ranking. Os adeptos da colonialidade buscam reproduzir a lógica de ranqueamento no Brasil de modo que ela esteja aos moldes dos rankings internacionais com a devida subordinação brasileira a eles. A extinção do Qualis e a não adoção de outro ranking internacional para classificar a qualidade dos periódicos nacionais exigiria da comunidade acadêmica brasileira um processo decolonial no qual as bases da produção de conhecimento e da publicação de artigos científicos precisariam ser discutidas em direção a uma lógica diferente da atualmente dominante.

A (DE)FORMAÇÃO DE PESQUISADORES

Outro aspecto que deve ser levado em consideração ao falar da publicação de artigos em periódicos, nesse caso independentemente de serem nacionais ou internacionais, são as consequências da supervalorização da publicação de artigos, especialmente em periódicos A. A atenção excessiva à publicação termina tirando o foco da formação mais ampla dos pesquisadores no que diz respeito às competências relacionadas à execução da própria pesquisa nos seus aspectos filosóficos, teóricos e metodológicos. Quando isso acontece, a formação fica restrita à capacitação dos estudantes na publicação de artigos (de preferência A). O pesquisador de alto nível, mais do que publicar artigos em periódicos nível A, precisa ser capaz de teorizar e produzir teoria objetivando iluminar as formas de fazer dos próprios acadêmicos, assim como dos praticantes.

Elaborar teoria original exige do Ato Epistemológico um investimento permanente e crítico sobre a realidade e as teorias disponíveis. ... é urgente reafirmar o lugar da teoria como a forma objetivamente elaborada da representação da realidade, como exigência da condição científica para além da descrição, das menções fenomênicas, dos apontamentos, das narrativas, das formas, dos pressupostos e do misticismo ideológico. A teoria não é a garantia dogmática do conhecimento verdadeiro definitivo, mas da elaboração em profundidade, metodologicamente orientada, da condição ontoprática e epistêmica (Faria, 2023, p. 1).

Portanto, cabe aos pesquisadores com formação em alto nível produzir novos conhecimentos capazes de jogar luz sobre como entender os problemas sociais e contribuir na construção de soluções para eles. Durante um período como professor visitante na Universidade de Kentucky (EUA) entre 2015 e 2016, eu fiz uma pesquisa sobre a formação de doutores em administração nos Estados Unidos. Ao entrevistar um colega em uma prestigiada universidade americana, eu ouvi a seguinte frase:

Bem, na prática o que fazemos atualmente é treinar as pessoas em um método [quantitativo] específico com um tema bem aceito nos *top journals* de forma a conseguir uma publicação em algum deles e colaborar para que eles [estudantes] consigam uma posição em uma universidade após terminarem o doutorado. Nós [professores] não costumamos falar isso dessa forma, mas é o que estamos fazendo.

Esse depoimento ilustra bem as consequências dos rankings na formação de pesquisadores em que o foco na capacidade crítica, metodológica ampla e na produção de conhecimento dão lugar aos técnicos qualificados em produzir e publicar artigos em revistas A.

RELEVÂNCIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL

Uma das consequências do padrão colonialista de ciência que é refletido nos rankings de periódicos é justamente também rebaixar a importância dos temas nacionais de pesquisa e orientar a produção de conhecimento em uma agenda 'global' de pesquisa em administração. Nessa agenda global, muitos temas relevantes locais terminam sendo preteridos e não encontrando espaço para serem publicados nos artigos científicos de revistas A. Essa situação termina ocasionando o que muitos acadêmicos hoje (também influenciados, não por coincidência, por uma agenda dos países centrais) uma 'falta de impacto' das pesquisas realizadas no Brasil. Ao reproduzirem a lógica de pesquisa e publicação dos países centrais, muitos pesquisadores brasileiros terminam não percebendo que abrir mão de uma agenda local é o real motivo para uma desconexão entre o conhecimento produzido e o contexto social vivido. Muitas vezes, o artigo em revista A exige um descolamento da realidade onde o autor do artigo A vive.

A relevância da produção acadêmica nacional está presa a uma agenda na qual, muitas vezes, os pesquisadores precisam decidir se a relevância do que é produzido está onde se publica ou sobre o que se publica. É importante dizer aqui que a questão aqui levantada não se trata de um binarismo simples do tipo 'ou isso ou aquilo'. É crescente o número de pesquisadores em administração brasileiros que estão publicando temas de interesse nacionais em periódicos de bom nível internacionais, mas também é real que essa condição tem limites e é limitada nos *top journals*.

Diante desse cenário, torna-se crucial que o Brasil tenha periódicos com processos editoriais de alto nível equivalentes aos considerados como principais periódicos internacionais. Por outro lado, os periódicos nacionais precisam ter o controle da agenda do que se publica de modo a oferecer espaço para temas nacionais nos artigos

publicados dentro de um padrão editorial de excelência. É a qualidade editorial das revistas nacionais que pode garantir disseminação de conhecimento de alto nível em alinhamento com as demandas societárias locais. Atualmente, o campo de administração no Brasil conta com um conjunto de revistas que já possuem esse nível de excelência editorial como é o caso da RAC, mas também da *Brazilian Administration Review – BAR*, da *Revista de Administração de Empresas – RAE*, da *Revista de Administração Pública – RAP*, e da *RAUSP Management Journal*, por exemplo. A qualidade dos processos editoriais dessas revistas oportuniza a publicação de artigos de alto nível, mesmo que nem sempre os rankings internacionais ou mesmo o Qualis as coloquem como revistas nível A. Entretanto, essas e outras revistas nacionais precisam ter atenção para que não busquem replicar a agenda de temas de interesse das revistas internacionais A que podem as colocar como mais uma *International Journal of XXX*, fazendo com que sejam percebidas como periódicos de segunda linha para autores internacionais oportunistas.

Nesse sentido, discordo da posição do colega Rodolfo Jaffé (2020) que defende que o Qualis (especialmente no colégio de humanidades) mina o impacto da ciência brasileira porque infla a classificação de periódicos nacionais em comparação ao *CiteScore* ou fator de impacto de periódicos internacionais, o que termina fazendo com que mais brasileiros publiquem nesses periódicos nacionais, diminuindo as citações de trabalhos brasileiros nas bases *Scopus* e *Web of Science* e, conseqüentemente, a posição do Brasil nos rankings de produção científica global. A lógica colonial de conhecimento faz com que a preocupação do referido colega seja mais com as estatísticas científicas de publicação do que com o impacto real das publicações na vida dos acadêmicos e das pessoas em geral. Esse exemplo ilustra bem o meu desânimo toda vez que me deparo com o debate importado e colonial sobre ‘impacto’ (ver Bispo, 2021; Bispo & Davel, 2021).

CONTRIBUIÇÃO QUE O MODELO DE GESTÃO DE PERIÓDICOS NO BRASIL OFERECE PARA A CIÊNCIA ABERTA

O último aspecto que quero tratar neste editorial é a contribuição que o modelo de gestão de periódicos no Brasil oferece para a ciência aberta (Bispo, 2022; Martins, 2020). Apesar do movimento de mercantilização da ciência (Oliveira, 2023), inclusive da ciência aberta por meio de modelos pagos, uma parte significativa das revistas em administração no Brasil é custeada por instituições de ensino públicas e privadas ou por associações, como é o caso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) em relação à RAC e à BAR. Nesse modelo, o patrocínio das instituições faz com que nem

autores, nem leitores precisem pagar para publicar ou ler o material publicado nas revistas. Esse modelo é conhecido na ciência aberta como Diamante (Martins, 2020) e contribui para que sejam mitigados os custos para governos e pessoas físicas para ter acesso a material científico de qualidade, além de combater a elitização por meio de recursos financeiros na ciência (Oliveira, 2023).

Eu entendo que a academia brasileira deveria explorar mais essa característica do acesso aberto padrão Diamante como uma forma de contribuir nacional e internacionalmente para mitigar a exploração da ciência por meio de sua mercantilização, que termina colocando os interesses financeiros à frente dos interesses científicos (Oliveira, 2023). Nesse sentido, instituições como a ANPAD exercem um papel relevante na manutenção de periódicos com estrutura editorial de alto nível que não precisam adotar práticas predatórias que corroem a qualidade do material publicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revistas em administração brasileiras vêm há décadas realizando um papel importante na formação de pesquisadores e na disseminação de conhecimento. Várias delas vêm aprimorando os seus processos editoriais de modo a oferecer revisões mais qualificadas, tempos de editoração mais céleres e oportunizando o debate de temas relevantes para o contexto nacional e internacional.

Entretanto, esses avanços e contribuições não acontecem sem os dilemas ocasionados por um processo colonial que muitas vezes está escondido sob o rótulo do nobre termo ‘internacionalização’. Sob a justificativa da internacionalização como colonização e não como troca entre iguais, muitos periódicos enfrentam decisões difíceis sobre a adoção da língua inglesa nas publicações, a adoção de regras editoriais que não refletem a realidade brasileira, mas que são exigidas para serem aceitas em indexadores que podem dar mais visibilidade para as revistas.

Eu tenho dúvidas se é necessário um sistema de avaliação dos periódicos nacionais coordenado pelo governo brasileiro. Talvez a comunidade científica nacional pudesse aproveitar a onda do discurso sobre ‘impacto’ para repensar se a reprodução ou tropicalização de regras editoriais criadas nos países centrais (e que podem fazer sentido para eles) devam ser seguidas no Brasil. Poderíamos pensar em outro modelo. Contudo, se a decisão for por continuar utilizando o Qualis como referência de avaliação dos periódicos brasileiros em administração, pelo menos que esse processo seja construído a partir do contexto brasileiro e que a síndrome do cachorro vira-lata desapareça, abrindo espaço para o reconhecimento de que algumas revistas da área de administração já reúnem condições para serem classificadas como A1.

REFERÊNCIAS

- Amaral, O. (2021, Abr 30). *Publicação científica: Um mercado de luxo? Folha de São Paulo*. <https://cienciafundamental.blogfolha.uol.com.br/2021/04/30/publicacao-cientifica-um-mercado-de-luxo/>
- Barros, A., & Alcadipani, R. (2023). Decolonizing journals in management and organizations? Epistemological colonial encounters and the double translation. *Management Learning*, 54(4), 576-586.
- Bispo, M. S. (2021). Impacto da pesquisa em administração e negócios: para quê? Para quem? *International Journal of Business Marketing*, 6(2), 13-21. <https://www.ijbmkt.org/ijbmkt/article/view/217>
- Bispo, M. S. (2022). A impossibilidade da ciência aberta sem alteridade e pluralidade epistêmica. *Revista de Administração Contemporânea*, 26(2), 1-7. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210246.por>
- Bispo, M. S., & Davel, E. P. B. (2021). Impacto educacional da pesquisa. *Organizações & Sociedade*, 28(97), 219-226. <http://doi.org/10.1590/198492302021v28n9700PT>
- Bourdieu, P. (2017). *Homo academicus* (2a ed). Ed. da UFSC.
- Faria, J. H. (2023). Foi e não se sabe se volta: o sumiço progressivo da teoria original. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(1), e220065. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022220065.por>
- Fernandez-Cano, A. (2021). Letter to the Editor: Publish, publish ... cursed!. *Scientometrics*, 126, 3673-3682. <https://doi-org.ez15.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11192-020-03833-7>
- Guimarães, J. A. C., & Hayashi, M. C. P. I. (2023). Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21, e023003. <http://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671811>
- Herman, A., Chailin, C., Ravi S. R., & Thomas G. C. (2020). "An A Is An A": the new bottom line for valuing academic research. *Academy of Management Proceedings*, 34(1), 135-154. <https://doi.org/10.5465/amp.2017.0193>
- Ibarra-Colado, E. (2006). Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: Thinking otherness from the margins. *Organization*, 13(4), 463-488.
- Jaffé, R. (2020). Qualis: The journal ranking system undermining the impact of Brazilian science. *Anais da Academia Brasileira de Ciência*, 92(3), 20201116. <https://doi.org/10.1590/0001-3765202020201116>
- Mancia, J. R. (2018). Revistas predatórias: Reconhecer para não errar. *Revista SOBECC*, 23(4), 177. <http://doi.org/10.5327/Z1414-4425201800040001>
- Martins, H. C. (2020). A importância da ciência aberta (open science) na pesquisa em administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(1), 1-8. <http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190380>
- Nassi-Calò, L. (2023). *A comunidade científica está publicando (muito) mais e isso é um problema* [online]. SciELO em Perspectiva, 2023. <https://blog.scielo.org/blog/2023/11/29/a-comunidade-cientifica-esta-publicando-muito-mais-e-isso-e-um-problema/>
- Nkomo, S. M. (2009). The seductive power of Academic Journal Rankings: Challenges of searching for the otherwise. *Academy of Management Learning & Education*, 8(1), 106-112.
- Oliveira, M. B. (2023). *A mercantilização da ciência: Funções, disfunções e alternativas*. Scientiae Studia.
- Rond, M., & Miller, A. N. (2005). Publish or perish: Bane or boon of academic life? *Journal of Management Inquiry*, 14(4), 321-329. <https://doi.org/10.1177/105649260527685>
- Silva, A. B. (2019). Produtivismo acadêmico multinível: Mercadoria performativa na pós-graduação em Administração. *Revista de Administração de Empresas*, 59(5), 341-352.
- Üsdiken, B., Duygulu, O., & Altunsoy, B. (2024). Getting into top-ranked management journals from business schools at the periphery: The role of doctoral education and co-authorship. *Management Learning*. <https://doi.org/10.1177/13505076231223115>
- Vogel, R., Hattke, F., & Petersen, J. (2017). Journal rankings in management and business studies: What rules do we play by? *Research Policy*, 46(10), 1707-1722. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2017.07.001>
- Wedlin, L. (2011). Going global: Rankings as rhetorical devices to construct an international field of management education. *Management Learning*, 42(2), 199-218. <https://doi.org/10.1177/1350507610389683>

Autoria

Marcelo de Souza Bispo*

Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Administração

Campus I, Lot. Cidade Universitaria, 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil

E-mail: rac-eic@anpad.org.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5817-8907>

* Autor Correspondente

Verificação de Plágio

A RAC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, mediante o emprego de ferramentas específicas, e.g.: iThenticate.

Conflito de Interesses

O autor informou que não há conflito de interesses.

Direitos Autorais

O autor detém os direitos autorais relativos ao artigo e concedeu à RAC o direito de primeira publicação, com a obra simultaneamente licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Disponibilidade dos Dados

A RAC incentiva o compartilhamento de dados mas, por observância a ditames éticos, não demanda a divulgação de qualquer meio de identificação de sujeitos de pesquisa, preservando a privacidade dos sujeitos de pesquisa. A prática

de *open data* é viabilizar a reproducibilidade de resultados, e assegurar a irrestrita transparência dos resultados da pesquisa

publicada, sem que seja demandada a identidade de sujeitos de pesquisa.

CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO E EQUIPE EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO:

Conselho Editorial

Alketa Peci (EBAPE/FGV, Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Gabrielle Durepos (Mount Saint Vincent University, Halifax, Nova Scotia, Canadá)
Rafael Alcadipani da Silveira (EAESP/FGV, São Paulo, SP, Brasil)
Rafael Barreiros Porto (UnB, Brasília, DF, Brasil)
Sílvia Gherardi (University of Trento, Trento, Itália)

Editor-chefe

Marcelo de Souza Bispo (UFPB, João Pessoa, PB, Brasil)

Editores Associados

Ariston Azevedo (UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil)
Carolina Andion (UDESC, Florianópolis, SC, Brasil)
Cristiana Cerqueira Leal (Universidade do Minho, Portugal)
Denize Grzybovski (IFRS, Erechim, RS, Brasil)
Elisa Yoshie Ichikawa (UEM, Maringá, PR, Brasil)
Evelyn Lanka (Cranfield School of Management, Bedford, Reino Unido)
Fernando Luiz Emerenciano Viana (Unifor, Fortaleza, CE, Brasil)
Gaylord George Candler (University of North Florida, Jacksonville, Florida, EUA)
Gustavo da Silva Motta (UFF, Niterói, RJ, Brasil)
Keysa Manuela Cunha de Mascena (Unifor, Fortaleza, CE, Brasil)
Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães (CEFET-MG, Belo Horizonte, MG, Brasil)
Natália Rese (UFPR, Curitiba, PR, Brasil)
Orleans Silva Martins (UFPB, João Pessoa, PB, Brasil)
Pablo Isla Madariaga (Universidad Técnica Federico Santa María, Chile)
Paula Castro Pires de Souza Chimenti (UFRJ/Coppead, Rio de Janeiro, Brasil)
Rafael Chiuzi (University of Toronto Mississauga, Mississauga, ON, Canadá)
Sidnei Vieira Marinho (Univali, São José, SC, Brasil)

Corpo Editorial Científico

André Luiz Maranhão de Souza-Leão (UFPE, Recife, CE, Brasil)

Aureliano Angel Bressan (CEPEAD/UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil)
Bryan Husted (York University, Canadá)
Carlos M. Rodriguez (Delaware State University, EUA)
Diógenes de Souza Bido (Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil)
Erica Piros Kovacs (Kelley School of Business/Indiana University, EUA)
Elin Merethe Oftedal (University of Stavanger, Noruega)
Fábio Frezatti (FEA/USP, São Paulo, SP, Brasil)
Felipe Monteiro (INSEAD Business School, EUA)
Howard J. Rush (University of Brighton, Reino Unido)
James Robert Moon Junior (Georgia Institute of Technology, EUA)
John L. Campbell (University of Georgia, EUA)
José Antônio Puppim de Oliveira (United Nations University, Yokohama, Japão)
Julián Cárdenas (Freie Universität, Berlin, Alemanha)
Lucas A. B. de Campos Barros (FEA/USP, São Paulo, SP, Brasil)
Luciano Rossoni (Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil)
M. Philippe Protin (Université Grenoble Alpes, França)
Paulo Estevão Cruvinel (Embrapa Instrumentação, São Carlos, SP, Brasil)
Rodrigo Bandeira de Mello (Merrimack College, EUA)
Rodrigo Verdi (MIT Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, EUA)
Valter Afonso Vieira (UEM, Maringá, PR, Brasil)

Editoração

Diagramação e normas da APA: Eduarda Pereira Anastacio (ANPAD, Maringá, Brasil); Simone L. L. Rafael (ANPAD, Maringá, Brasil).

Periodicidade: Publicação contínua.

Circulação: Acesso totalmente gratuito.

Indexadores, Diretórios e Rankings

Scopus, Scielo, Redalyc, DOAJ, Latindex, Cengage/GALE, Econpapers, IDEAS, EBSCO, Proquest, SPELL, Cabell's, Ulrichs, CLASE, Index Copernicus International, Sherpa Romeo, Carhus Plus+, Academic Journal Guide (ABS), DIADORIM, REDIB, ERIHPlus, OAJI, EZB, OasisBR, IBZ Online, WorldWideScience, Google Scholar, Citefactor.org, MIAR, Capes/Qualis.

A RAC é membro e subscreve os princípios do COPE - Comitê de Ética em Publicações

